

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

O Prefeito Municipal de Colinas, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que receberá no **dia 18 de agosto de 2016, às 9:00 horas**, no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura, envelopes relativos à Habilitação e Propostas, de acordo com o processo nº 490/2016, regido pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, com o objetivo de adquirir gêneros alimentícios para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, incluído o Turno Integral, Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo e aquisição de produtos de higiene e limpeza para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, incluído o Turno Integral, Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo, Centro Administrativo, Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social tudo conforme condições a seguir:

Capítulo I - DO OBJETO

1.1.- É objeto deste edital a aquisição de **GENÊROS ALIMENTÍCIOS e MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA conforme anexos I, II e III deste edital.**

1.2.- O Município irá adquirir os produtos, de acordo com a demanda de consumo, **durante o período de Agosto de 2016 à Fevereiro de 2017**, não havendo obrigação de adquirir a totalidade das quantidades especificadas, bem como, podendo haver os acréscimos necessários, observado o limite previsto na Lei 8.666/93, observando-se, na compra dos produtos, as seguintes condições:

a) os gêneros perecíveis e não-perecíveis deverão ser entregues de conformidade com as quantidades objeto do pedido e de acordo com a programação fornecida pela Secretaria de Educação, nos locais indicados;

b) os gêneros não perecíveis deverão ter registro no Ministério da Saúde;

c) **os gêneros não perecíveis deverão ter validade de consumo de, no mínimo, 4 (quatro) meses, a partir da data de entrega;**

d) os gêneros perecíveis deverão apresentar-se nas qualidades de fresco, viçoso, verdejante, sadio, saudável, arejado, entre outras características naturais que lhe forem peculiares, acondicionadas apropriadamente;

e) as carnes deverão ser entregues em embalagens transparentes, para melhor visualizar a qualidade do produto;

f) serão devolvidas as mercadorias que não apresentarem condições próprias para consumo, as quais deverão ser repostas sem ônus para o Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações;

g) as entregas dos gêneros alimentícios deverão ocorrer através de veículo apropriado para o seu transporte, sob pena de serem devolvidas caso apresentem alguma avaria em seu estado de conservação.

h) o fornecedor deverá entregar e levar a mercadoria solicitada para dentro da Escola, local onde a mesma será conferida pelas serventes ou diretora, conforme Nota Fiscal.

1.3.- Não é obrigatório cotar preços para todos os itens. Todavia, os preços cotados serão considerados **com apenas duas casas após a vírgula (Lei nº 9069/95).**

1.4.- Somente serão aceitos os produtos que estiverem de acordo com as especificações contidas nos contratos de fornecimento. A empresa poderá ter devolvidas as mercadorias que não apresentarem condições próprias para consumo, as quais deverão ser repostas sem ônus para o município, no

prazo máximo de 24 horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações.

1.5.- **Aplicação:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, Turno Integral, Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo, Centro Administrativo, Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social.

1.6.- As quantidades licitadas são máximas, podendo a Administração não solicitar a entrega da totalidade, ou mesmo fazer uso dos acréscimos legais, respeitados os limites legais da lei nº 8.666/93.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.- Poderão participar da presente licitação as empresas que, até a data de apresentação dos invólucros, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento da documentação e das propostas, observada a necessária qualificação.

2.2.- As pessoas jurídicas podem ser representadas no procedimento licitatório, por seus sócios ou proprietários, mediante apresentação de cópia do contrato social ou registro comercial, bem como por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, contendo poderes expressos para decidir a respeito dos atos atinentes a presente licitação, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

Capítulo III - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

3.1.- Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE COLINAS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**AO MUNICÍPIO DE COLINAS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

3.2.- Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

a) Certidão negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão negativa de Débitos junto a Receita Estadual;

c) Certidão negativa de Débitos junto a Receita Municipal da sede do licitante;

d) Certidão de Regularidade do FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f) Certidão de Inspeção Sanitária (Alvará de Saúde) concedido pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado ou Município de origem.

- g) Alvará de Licenciamento e Localização do domicílio ou sede da licitante.
- h) Certificado de Registro Cadastral atualizado, fornecido pelo Município de Colinas.
- i) declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358-02, que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, **ANEXO V**;

3.3.- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.4 e 5.1 à 5.4 deste edital, deverão apresentar, no envelope da habilitação, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.3.1.- As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.4 e 5.1 à 5.4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite da receita referido acima**, além de todos os documentos previstos no item 4.1 deste edital.

3.4.- A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.3.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos nas alíneas *a, b, c, d, e* e *i* do item 3.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, **a contar da data em que for declarada como vencedora do certame**.

3.4.1.- O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.4.2.- O prazo de que trata o item 4.3, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.4.3.- A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 8.3 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.5.- Os documentos constantes no item 3.2 letras *a* ao *i*, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 3.2, letras *a, b, c, d, e* e *i*, poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

3.6.- Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3.7.- O envelope nº 02 deverá conter:

- a) formulário padronizado da proposta - **ANEXO IV**.
- b) proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço unitário por item e o total geral, objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos os fretes, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.).
- c) planilha de quantitativos e custos unitários;

- d) indicar a marca dos produtos cotados;
 - e) validade da proposta: não inferior a 30 dias;
 - f) prazo de entrega e/ou execução;
 - g) indicação nome completo do representante legal da empresa com a devida qualificação, (nacionalidade, estado civil, profissão, n.º do CPF, n.º da cédula de identidade, endereço residencial)
- **ANEXO VI.**

3.7.1.- Na cotação de preços serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, a Comissão de Licitações estará autorizada a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

3.7.2.- Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este Edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

Capítulo IV – DO JULGAMENTO

4.1.- Esta licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitações, levando em consideração **o menor preço por item**, para a aquisição dos produtos licitados.

4.2.- Para efeitos de classificação sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento dos produtos.

4.3.- Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

4.4.- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

Capítulo V – CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1.- Como critério de desempate, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.3.1, deste Edital.

5.1.1.- Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

5.1.2.- A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2.- Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a micro empresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas

remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 5.1 e seguintes deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

5.3.- Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 5.2 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

5.4.- O disposto nos itens 5.1 e 5.2, deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.3.1, deste Edital).

5.5.- As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o **sorteio**, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

Capítulo VI – DOS RECURSOS

6.1.- Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

Capítulo VII – DOS PRAZOS

7.1.- Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

7.2.- O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 7.1.

7.3.- Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitante remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

7.4.- O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar de sua assinatura.

Capítulo VIII – DAS PENALIDADES

8.1.- Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias úteis, após o qual será considerado inexecução contratual;

8.2.- Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

8.3.- Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Capítulo IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1.- O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Prefeitura em até 15 (quinze) dias após a entrega das mercadorias. O pagamento somente será efetuado quando for entregue ao Setor de Empenhos a Nota Fiscal/Fatura constando o número deste Edital e devidamente assinada pela responsável das escolas designada para a fiscalização que recebeu a mercadoria, para liberação do pagamento.

9.2.- Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata*.

9.3.- Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

Capítulo X – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

10.1.- Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

Capítulo XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1.- As despesas decorrente da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

2007 – MANUT. SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (308)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS

2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (503)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS

2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (546)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

03 – MANUT. DESENV. ENSINO

2045 – GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (566)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS

2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (571)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (572)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (573)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (574)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
04 – MANUT. DESENV. ENSINO – INFANTIL
2015 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (588)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – REC. PRÓPRIOS
2024 – GESTÃO DA SAÚDE C/RECURSOS ASPS
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (611)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2026 – MANUT ATIV ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (653)

Capítulo XII - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1.- O objeto será recebido:

- a) provisoriamente por funcionário indicado pela Administração Pública Municipal;
- b) definitivamente tacitamente 30 (trinta) dias após o recebimento provisório da totalidade das mercadorias desde que até o momento nada conste em desabono aos mesmos, ficando desde logo resguardado o direito da PREFEITURA de requerer a manutenção respectiva a Garantia do objeto deste edital;
- c) as mercadorias ofertadas deverão ser entregues nos locais conforme solicitado. Segue abaixo os endereços:
 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga e Turno Integral – Rua Fernando Ferrari, 56, Centro, Colinas, RS.
 - Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo – Rua Estação, 104, Centro, Colinas, RS.
 - Centro Administrativo – Rua Olavo Bilac, 370, Centro, Colinas, RS.
 - Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social – Rua Olavo Bilac, 447, Centro, Colinas, RS.

Capítulo XIII - DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES

13.1.- Informações e cópias referentes a este Edital podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da PREFEITURA, de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente, pelo telefone, pelo e-mail administração@colinasrs.com.br ou pelo site www.colinasrs.com.br.

Manhã das 8:00 às 11:30 Tarde das 13:30 às 17:00 Telefone: (051) 3760-4000

Capítulo XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1.- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente Edital.

14.2.- Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste Edital.

14.3.- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.4.- Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitação.

14.5.- Uma vez iniciado a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

14.6.- Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no artigo 55, e a possibilidade de rescisão do contrato na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

14.7.- Constituem anexos e fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – RELAÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS

ANEXO II – RELAÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS – AGRIC. FAMILIAR

ANEXO III – RELAÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

ANEXO IV – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO (DECRETO FEDERAL Nº 4.358-02)

ANEXO VI – REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE PRAZO RECURSAL REFERENTE HABILITAÇÃO

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE PRAZO RECURSAL REFERENTE PROPOSTA

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

Colinas, 28 de julho de 2016.

IRINEU HORST
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV
FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CNPJ/MF: _____

TOMADA DE PREÇOS N° 003/2016

Senhores Membros da Comissão de Licitação:

Em atenção ao Edital de Tomada de Preços N° 003/2016, onde informa a realização de Licitação para aquisição de **gêneros alimentícios para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, incluído o Turno Integral, Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo e aquisição de produtos de higiene e limpeza para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, incluído o Turno Integral, Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo, Centro Administrativo, Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social**, estamos nos habilitando ao certame licitatório, declarando que:

I - aceitamos os termos do Edital e não há fato superveniente impeditivo de licitar:

II - o exame do edital e dos anexos foram suficientes para a adequada avaliação dos custos a considerar e da elaboração da proposta.

Apresentamos a nossa proposta, que adiante segue:

Local, de de 2016.

Representante legal da empresa

ANEXO V

TIMBRE DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,
N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL

À
Comissão Municipal de Licitações
COLINAS – RS

Ref.: Edital de Tomada de Preços n.º 003/2016

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal combinado com o inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, de de 2016.

.....
Representante legal da empresa

ANEXO VI

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Edital Tomada de Preços 003/2016

Nome:

Nacionalidade:

Estado civil:

Profissão:

CPF nº:

Identidade nº:

Endereço residencial:

Local, de de 2016.

.....
CNPJ:

ANEXO VII

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS – RS
EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DO PRAZO RECURSAL (HABILITAÇÃO)

....., inscrita no CNPJ sob nº
....., localizada na Rua, nº....., Bairro
....., no Município, RS, abre mão do prazo recursal
referente a abertura das habilitações, conforme art. 109, I, letra “a”, § 6º da Lei 8.666/93, referente o
Edital Tomada de Preços 003/2016.

Local, ... de de 2016.

.....
CNPJ:

ANEXO VIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS – RS
EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DO PRAZO RECURSAL (PROPOSTAS)

....., inscrita no CNPJ sob nº
....., localizada na Rua, nº....., Bairro
....., no Município, RS, abre mão do prazo recursal
referente a abertura das propostas, conforme art. 109, I, letra “b”, § 6º da Lei 8.666/93, referente o
Edital Tomada de Preços 003/2016.

Local, ... de de 2016.

.....
CNPJ:

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MERCADORIAS Nº ...-04/2016

Que fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE COLINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob nº 94.706.140/0001-23, com sede na Rua Olavo Bilac, 370, Centro, Colinas, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Irineu Horst, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na, CNPJ Nº, neste ato representado por, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº, CPF nº, residente e domiciliado na, nº, Bairro, município de, RS, ora em diante denominado de **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato, que será executado de forma indireta, nos termos da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações, bem como, processo licitatório Tomada de Preços nº 003/2016 e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 - É objeto deste contrato a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza a serem distribuídos nas Escolas do Município, Centro Administrativo, Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social de Colinas, conforme lista constante dos Anexos, que integram o presente Contrato.

1.2 - A entrega da mercadoria deverá ser feita conforme a necessidade nos locais conforme solicitado. Segue abaixo os endereços:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga e Turno Integral – Rua Fernando Ferrari, 56, Centro, Colinas, RS.
- Escola Municipal de Ensino Infantil Pequeno Mundo – Rua Estação, 104 – Centro, Colinas, RS.
- Centro Administrativo – Rua Olavo Bilac, 370, Centro, Colinas, RS.
- Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social – Rua Olavo Bilac, 447 – Centro, Colinas, RS.

O fornecedor deverá entregar e levar a mercadoria solicitada para dentro da Escola, local onde a mesma será conferida pelas serventes ou diretora, conforme Nota Fiscal.

1.3 - Somente serão aceitos os produtos que estiverem de acordo com as especificações contidas nos contratos de fornecimento, que sejam das mesmas marcas e tipos daqueles identificados na proposta de preços, devendo conter padrão de identificação e qualidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

1.4 - Serão devolvidas as mercadorias que não apresentarem condições próprias para consumo, as quais deverão ser repostas sem ônus para o Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1 - O fornecedor deverá entregar produtos frescos, de boa qualidade, nas quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. A entrega deverá ser em veículo apropriado para o produto, sendo que alimentos perecíveis, tais como carnes, deverão ser transportados em veículos refrigerados e/ou com isolamento térmico.

2.2 - Quanto à entrega das mercadorias, será conforme a necessidade das escolas. Os produtos perecíveis deverão ser entregues semanalmente e as demais mercadorias deverão ser entregues quinzenalmente ou mensalmente, conforme solicitação da Secretaria da Educação, em todas as Escolas do Município. Salientamos que não serão aceitos produtos com validade vencida, ou que venham a vencer em pouco espaço de tempo. Os contratados receberão uma lista da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, onde estarão identificadas as mercadorias a serem entregues, a quantidade e as respectivas localidades, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis da entrega, em se tratando de produtos não perecíveis e de 03 (três) dias úteis da entrega, em se tratando de produtos perecíveis.

2.3 - Os pedidos de frutas, legumes e verduras respeitarão a sazonalidade de cada produto.

2.4 - Os fornecedores dos gêneros alimentícios são responsáveis pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos entregues; a rotulagem, inclusive a nutricional, deverá estar em conformidade com a legislação em vigor; será exigida a comprovação, junto às autoridades sanitárias locais, de existência de instalações compatíveis com o produto que o licitante se propõe a fornecer.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

3.1 - O Município pagará à CONTRATADA, em contrapartida às mercadorias, o valor de cada produto, constante dos Anexos, que totaliza R\$ (.....), no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Prefeitura em até 15 (quinze) dias após a entrega das mercadorias. O pagamento somente será efetuado quando for entregue ao Setor de Empenhos a Nota Fiscal/Fatura constando o número deste Edital e devidamente assinada pela responsável das escolas designada para a fiscalização, que recebeu a mercadoria, para liberação do pagamento. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas neste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados e quitados.

3.1.1 - Os produtos constantes no Anexo II (Gêneros Alimentícios - Agricultura Familiar) serão adquiridos, prioritariamente, diretamente dos produtores, por meio de Chamada Pública (em atendimento ao art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009), sendo adquirida, por meio da presente licitação, apenas a quantidade não disponibilizada pelos produtores através da Chamada Publica.

CLÁUSULA QUARTA: INADIMPLÊNCIA

4.1 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período ou outro índice que vier a substituí-lo. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 - O prazo de execução do presente contrato será de 06 (seis) meses e contar-se-á a partir da assinatura do presente. Poderá haver prorrogação do prazo, havendo manifestado interesse da Administração Pública, nos limites da Lei 8.666/93. O atraso injustificado na entrega das mercadorias sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento. A CONTRATADA fica sujeita e compromete-se cumprir os prazos que a Administração Municipal determinar para o cumprimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA: EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES:

6.1 - A execução do presente contrato dar-se-á dentro das condições estabelecidas neste contrato, sendo que a Contratada compromete-se a realizá-lo com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS INFRAÇÕES:

7.1 - Da Contratada - Advertência por escrito, caso verificadas pequenas irregularidades, para as quais a Contratada tenha concorrido.

7.2 - Será aplicado multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias úteis, após o qual será considerado inexecução contratual; multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano; multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.3 - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- por ato amigável, havendo interesse público;
- por ato unilateral ou escrito do Contratante;
- não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
- paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
- subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;

- razões de interesse público;
- judicialmente, nos termos da legislação processual vigente;
- liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Contratada.

8.2 - Verificada a infração do contrato, o Contratante notificará a Contratada, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.

8.3 - A Contratada indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da rescisão deste contrato por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.

8.4 - Uma vez rescindido o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Contratada o pagamento de serviços corretamente executados.

8.5 - Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do contrato, sujeitará a Contratada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato multiplicado por doze, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios.

CLÁUSULA NONA: DOTAÇÃO

9.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes rubricas:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

2007 – MANUT. SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (308)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS

2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (503)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (546)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
03 – MANUT. DESENV. ENSINO
2045 – GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (566)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (571)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (572)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (573)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01 – CONV./AUX. E OUTROS RECURSOS
2039 – GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (574)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
04 – MANUT. DESENV. ENSINO – INFANTIL
2015 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (588)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – REC. PRÓPRIOS
2024 – GESTÃO DA SAÚDE C/RECURSOS ASPs
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (611)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2026 – MANUT ATIV ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.3.90.30.00000000 – Material de Consumo (653)

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente contrato, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

10.2 - O Contratante poderá contratar com outras empresas, simultaneamente, a execução de serviços distintos dos do objeto deste contrato.

10.3 - A Contratada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, Fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

10.4 - As partes elegem o Foro da Comarca de Estrela, RS, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes do presente contrato.

10.5 - O presente contrato obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente contrato em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Colinas,

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE COLINAS
IRINEU HORST
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.